

RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS DO COMÉRCIO E ESPACIALIZAÇÃO DAS FEIRAS LIVRES NO ESPAÇO URBANO DE MONTES CLAROS (MINAS GERAIS/BRASIL)

Socio-spatial relations of commerce and spatialization of open-air markets in the urban space of Montes Claros (Minas Gerais/ Brasil)

Karine Cássia Queiroz Silva

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-3151-267X>

karinekassiaqueirozsilva@yahoo.com.br

Vanessa Tamiris Rodrigues Rocha

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8223-2785>

vanessatamiiris@gmail.com

Carlos Alexandre de Bortolo

Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4304-8824>

carlos.bortolo@unimontes.br

Luiz Andrei Gonçalves Pereira

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7857-6611>

luiz.goncalves@unimontes.br

Artigo recebido em fevereiro/2026 e aceito em abril/2026

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as relações socioespaciais do comércio e a espacialização das feiras livres no espaço urbano de Montes Claros, buscando compreender seu papel na produção e organização deste espaço. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo-analítico, baseada em quatro procedimentos principais: (I) análise teórica, fundamentada em autores como Huberman (1976), Corrêa (2001), França (2007) e Barbosa (2013); (II) pesquisa documental, com ênfase na legislação municipal, especialmente a Lei nº 4.988/2017; (III) análise de dados secundários provenientes de instituições oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Fundação João Pinheiro (FJP); e (IV) levantamento cartográfico com o uso do software QGIS 3.26. Considera-se que as feiras livres desempenham papel relevante na dinâmica urbana de Montes Claros, atuando como instrumentos de descentralização do comércio e contribuindo para a formação de novas centralidades. A análise comparativa da espacialização das feiras, especialmente entre 1982 e 2023, demonstra uma redistribuição dessas atividades no

território urbano, acompanhando o processo de expansão da cidade e o crescimento de novos bairros.

Palavras-chave: Montes Claros; feiras livres; planejamento urbano.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the socio-spatial relations of commerce and the spatial distribution of open-air markets in the urban space of Montes Claros, seeking to understand their role in the production and organization of this space. To this end, a qualitative, descriptive-analytical approach was adopted, based on four main procedures: (I) theoretical analysis, grounded in authors such as Huberman (1976), Corrêa (2001), França (2007) and Barbosa (2013); (II) documentary research, with emphasis on municipal legislation, especially Law No. 4,988/2017; (III) analysis of secondary data from official institutions, such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the João Pinheiro Foundation (FJP); and (IV) cartographic survey using QGIS 3.26 software. Open-air markets are considered to play a significant role in the urban dynamics of Montes Claros, acting as instruments for the decentralization of commerce and contributing to the formation of new centers. A comparative analysis of the spatial distribution of these markets, especially between 1982 and 2023, demonstrates a redistribution of these activities within the urban territory, mirroring the city's expansion and the growth of new neighborhoods.

Keywords: Montes Claros; open-air markets; urban planning.

1. INTRODUÇÃO

A organização do espaço urbano é um reflexo direto das atividades econômicas e das relações sociais que nele se estabelecem. Como afirma Santos (2008), o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, onde o comércio atua como um dos principais motores de dinamização.

No contexto mineiro, a cidade de Montes Claros destaca-se como o principal polo de influência do Norte de Minas, desempenhando um papel central na rede urbana regional. Este protagonismo manifesta-se vigorosamente no setor terciário, que, conforme aponta Corrêa (1989), é um elemento crucial na estruturação da morfologia urbana e na definição das centralidades.

A feira livre consiste em uma instituição que sobrevive às modernizações do varejo por sua capacidade de articular o rural e o urbano, servindo como espaço de resistência cultural e integração social. Ao longo das décadas, o crescimento acelerado de Montes Claros impôs novos desafios ao planejamento urbano, exigindo análises que compreendam desde a herança histórica até as atuais estratégias de distribuição espacial.

A partir dessas considerações, coloca-se a seguinte pergunta de pesquisa, que orienta o horizonte deste estudo: como o comércio, por meio das feiras livres, contribui para a organização e a produção do espaço urbano em Montes Claros (Minas Gerais/Brasil)? Diante disso, o presente trabalho objetiva analisar as relações socioespaciais do comércio e a espacialização das feiras livres

no espaço urbano de Montes Claros, buscando compreender seu papel na produção e organização deste espaço.

Desse modo, o presente estudo visa refletir acerca da permanência das feiras livres não apenas como manifestação de uma prática tradicional, mas também como estratégia de inserção econômica e de reorganização espacial no contexto urbano contemporâneo. Nesse sentido, a relevância da pesquisa consiste em ampliar o diálogo entre as feiras livres e a Geografia, reconhecendo-as como um objeto legítimo de investigação científica no âmbito das relações socioespaciais do comércio.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, de natureza descritivo-analítica, voltada à compreensão das feiras livres na cidade de Montes Claros, no século XXI, considerando sua caracterização, organização e distribuição espacial no contexto das transformações socioespaciais urbanas. O estudo busca interpretar as feiras livres como expressões da dinâmica do espaço urbano, articuladas aos processos de urbanização, descentralização do comércio e reestruturação das centralidades urbanas.

O desenvolvimento da pesquisa foi estruturado em quatro etapas interdependentes. A primeira consistiu na análise teórica, por meio do levantamento de produções acadêmicas nacionais e regionais disponíveis nas plataformas Google Scholar e SciELO; relacionadas à produção do espaço geográfico, à urbanização, ao comércio urbano e às feiras livres. Essa etapa permitiu a construção de um referencial teórico consistente, fundamental para a interpretação do objeto de estudo, com base em autores como Huberman (1976), Corrêa (2001), França (2007) e Barbosa (2013).

A segunda etapa compreendeu a pesquisa documental, envolvendo a análise de legislações municipais, com destaque para a Lei Municipal nº 4.988/2017 de Montes Claros, além de dados secundários provenientes de instituições oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Fundação João Pinheiro (FJP). Esses documentos foram essenciais para compreender a regulamentação, a organização e o funcionamento das feiras livres, bem como o contexto socioeconômico do município.

A terceira etapa consistiu na análise da distribuição espacial das feiras livres no território urbano de Montes Claros, com base em materiais cartográficos (levantados com o uso do software QGIS 3.26), registros institucionais e estudos já produzidos sobre o tema. Essa fase possibilitou identificar o processo de descentralização das atividades comerciais e a formação de novas centralidades urbanas.

A quarta etapa correspondeu à sistematização e análise crítica dos dados coletados, integrando o referencial teórico e as informações documentais e espaciais. Nessa fase, as feiras livres foram

interpretadas como elementos estruturantes da organização socioespacial urbana, considerando suas dimensões econômicas, sociais, culturais e territoriais.

Convém ressaltar que a pesquisa possui caráter exclusivamente bibliográfico e documental, não tendo sido realizadas entrevistas, aplicação de questionários ou trabalho de campo direto. Essa delimitação metodológica possibilitou uma análise ampla, fundamentada e contextualizada do objeto de estudo, contribuindo para a compreensão das feiras livres como parte essencial da dinâmica urbana de Montes Claros.

A partir desses procedimentos, constituiu-se um quadro analítico sistematizado que fundamenta a discussão apresentada nas seções seguintes.

3. AS FEIRAS LIVRES NAS CIDADES: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Ao longo da história, o ser humano buscou compreender os fenômenos naturais como estratégia para aprimorar suas atividades produtivas. Ao apropriar-se desses saberes e compartilhá-los socialmente, passou a organizar ações coletivas voltadas à sobrevivência e à preservação da espécie. Nesse âmbito, as feiras livres emergem como construções históricas resultantes de práticas cotidianas desenvolvidas por grupos sociais em determinados espaços e tempos (Amorim, 2015).

De acordo com Coêlho (2009), a feira livre constitui um sistema local de comercialização, com dinâmica própria, cujo objetivo é abastecer a população e incentivar o desenvolvimento das atividades agrícolas em uma região específica. Pierrri e Valente (2008) complementam que se trata de reuniões regulares realizadas em espaços públicos, nas quais produtores e consumidores efetuam trocas para satisfazer necessidades materiais. Deste modo, as feiras integram os circuitos curtos de comercialização e podem assumir papel estratégico em programas de desenvolvimento local.

Com a sedentarização humana, o cultivo agrícola e a domesticação de animais possibilitaram a geração de excedentes, inaugurando práticas sistemáticas de troca e comercialização (Silva, 2003). À medida que essas trocas se ampliaram, consolidaram-se mercados periódicos que contribuíram para o desenvolvimento urbano. As feiras, portanto, não se restringem à dimensão econômica, mas desempenham funções estruturantes na formação e evolução das sociedades.

Na abordagem de Lima e Sampaio (2009, p. 2), as feiras são vistas:

Como fenômenos econômicos e sociais muito antigos, tendo sido consolidados na Idade Média entre Gregos e Romanos. [...] tais práticas são tão antigas que remontam aos primeiros agrupamentos humanos, desde que o homem deixou de ser nômade e fixou-se sobre a terra, domesticando animais e criando a agricultura.

Na Idade Média, especialmente durante o período franco, as feiras eram legalmente protegidas e frequentadas por comerciantes internacionais. Sírios, gregos, berberes, frísios e saxões participavam desses encontros comerciais. Muitas feiras tiveram origem na era romana ou em suas

instituições jurídicas, sendo as mais expressivas realizadas em períodos de feriados e peregrinações cristãs (Allix, 1992).

Na Grécia e em Roma, as feiras ultrapassavam a esfera mercantil, incorporando implicações de ordem pública e sendo regulamentadas pelo Estado, que assegurava sua organização e funcionamento (Lima; Sampaio, 2009). Já no período feudal, em uma economia predominantemente agrária, as trocas ocorriam em feiras semanais realizadas em castelos, mosteiros e vilas adjacentes, configurando-se como importantes espaços socioeconômicos (Huberman, 1976).

Conforme Huberman (1976), essas feiras medievais eram de grandes proporções, negociando mercadorias por atacado provenientes de diversas regiões do mundo conhecido. Funcionavam como centros distribuidores onde grandes mercadores realizavam transações de produtos oriundos do Oriente e do Ocidente, do Norte e do Sul. Dessa forma, consolidaram-se como pontos estratégicos de circulação de bens e integração econômica.

As feiras surgiram para atender às demandas da população, facilitando o intercâmbio de produtos e promovendo o dinamismo econômico local. Além disso, eram incentivadas por autoridades locais interessadas em atrair recursos, ampliar o fluxo de pessoas e fomentar a comercialização de produtos comunitários (Amorim, 2015). Barbosa (2013) ressalta que o intenso fluxo de pessoas nas feiras contribuiu para que muitos desses espaços evoluíssem para núcleos urbanos, reforçando sua relevância na formação das cidades.

O impulso das Cruzadas favoreceu a ampliação e consolidação das feiras europeias, especialmente nas cidades italianas de Gênova, Veneza, Pisa e Florença, cuja localização estratégica facilitava o escoamento da produção e a circulação de mercadorias (Costa; Cleps, 2003). Posteriormente, com a crise do feudalismo e a ascensão do capitalismo, as feiras adaptaram-se às novas dinâmicas econômicas, mantendo sua relevância social e cultural (Lima; Sampaio, 2009).

Segundo Allix (1992), até o final do século XV, as feiras francesas, como as de Flandres e Champagne, destacavam-se na Europa Ocidental, atraindo comerciantes europeus, norte-africanos e asiáticos. Esses eventos fortaleceram redes comerciais e contribuíram para a consolidação de mercados permanentes e sistemas financeiros.

Na contemporaneidade, as feiras configuram-se como espaços diversificados, ricos em bens simbólicos, práticas culturais e expressões identitárias. Barbosa (2013) as define como lugares estruturadores da cidade e de sua formação urbana, que extrapolam a função mercantil ao constituírem territórios de memória, pluralidade cultural e adaptação frente aos impactos da globalização. Esses espaços são marcados por intensas relações de sociabilidade, onde se estabelecem vínculos de confiança, amizade e proximidade entre feirantes e consumidores.

Inicialmente instaladas em praças e ruas, com barracas montadas pelos próprios comerciantes, as feiras organizaram-se de forma descentralizada para atender às demandas locais (Lacerda; Mendes, 2019). Enquanto Corrêa (2001) enfatiza a descentralização comercial como resposta ao crescimento urbano, Carlos (2007) aponta para a emergência de novas centralidades.

Articulando essas perspectivas, entende-se que as feiras livres operam simultaneamente como permanência de formas tradicionais e como expressão dessas novas centralidades, revelando sua capacidade de adaptação às dinâmicas contemporâneas do espaço urbano, como a expansão de supermercados e hipermercados.

A capacidade de adaptação das feiras livres revela não apenas resistência, mas reinvenção frente às transformações do comércio contemporâneo. Michellon et al. (2008) ressaltam que a diversidade de produtos, a negociação de preços e o atendimento personalizado continuam sendo fatores de atratividade.

Ao longo do tempo, as feiras ultrapassaram sua função estritamente econômica, consolidando-se como entrepostos culturais e sociais. Todavia, torna-se necessário repensar sua gestão e organização, visando promover uma convivência mais harmoniosa entre comunidade, feirantes e poder público.

A seguir, apresenta-se uma caracterização do município de Montes Claros, destacando seus aspectos demográficos, econômicos, territoriais e a dinâmica de seu setor comercial.

4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS: TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E ATIVIDADES COMERCIAIS

O município de Montes Claros insere-se na mesorregião Norte de Minas Gerais, situando-se entre as latitudes 16°04'57" e 17°08'41" Sul e as longitudes 43°41'56" e 44°13'01" Oeste de Greenwich (Leite, 2006). Montes Claros tem 3.589,811 km² de área, ocupando a 426ª posição entre os municípios mais extensos do Brasil e a 16ª em Minas Gerais. Sua área urbana corresponde a 145 km², sendo classificada como uma cidade de porte médio. E sua densidade demográfica é de 116,21 hab/km² (IBGE, 2022).

Com população acima de 400 mil habitantes, é o 5º mais populoso do estado de Minas Gerais e o 58º mais populoso do país (IBGE, 2022). A população é formada por 52,0% de mulheres (215.465) e 48,0% de homens (198.775). Quanto à cor/raça, 248.666 pessoas se titulam pardas; 119.362 brancas; 45.347 pretas; 442 indígenas e 417 amarelas (IBGE, 2022).

No que se refere à estrutura etária, a população de 16 a 69 anos é predominante, somando 301.976 habitantes (72,8%). Já os menores de 15 anos correspondem a 86.617 pessoas (20,9%), enquanto a parcela com mais de 70 anos representa 25.647 habitantes (6,3%) (IBGE, 2022).

O município integra a área de influência de Belo Horizonte (MG), destacando-se como um dos principais centros urbanos dessa rede, ao receber fluxos de bens e serviços provenientes da capital. A cidade apresenta elevado grau de centralidade, exercendo liderança sobre a região ao seu redor e consolidando uma rede própria de relações (Nogueira e Garcia, 2008). Sua área de abrangência inclui os centros do norte de Minas, como Janaúba (Centro Sub-regional B); Januária, Pirapora e Salinas (Centros de Zona A); além de Itacarambi, Manga, Porteirinha, São Francisco, Taiobeiras e Várzea da Palma (Centros de Zona B).

Montes Claros apresenta significativa relevância no contexto regional dada a sua posição estratégica em relação aos principais eixos de circulação, incluindo as rodovias federais BR-135, BR-365 e BR-251, bem como a ferrovia Centro-Atlântica, elementos que favorecem a integração territorial e a fluidez das dinâmicas econômicas (Pereira; Lessa, 2009).

O município faz divisa com São João da Ponte, Capitão Enéas, Francisco Sá, Juramento, Glauclândia, Bocaiuva, Engenheiro Navarro, Claro dos Poções, São João da Lagoa, Coração de Jesus, Mirabela e Patis (IBGE, 2023). Seu perímetro urbano possui atualmente 19 grandes bairros, a saber: Distrito Industrial, Vilage do Lago, Planalto, Santos Reis, Renascença, Vila Oliveira, Independência, Todos os Santos, São José, Carmelo, Centro, Ibituruna, Santa Rita, Vila Guilhermina, Delfino Magalhães, Major Prates, Morada do Parque, Maracanã e Santo Inácio (Figura 1).

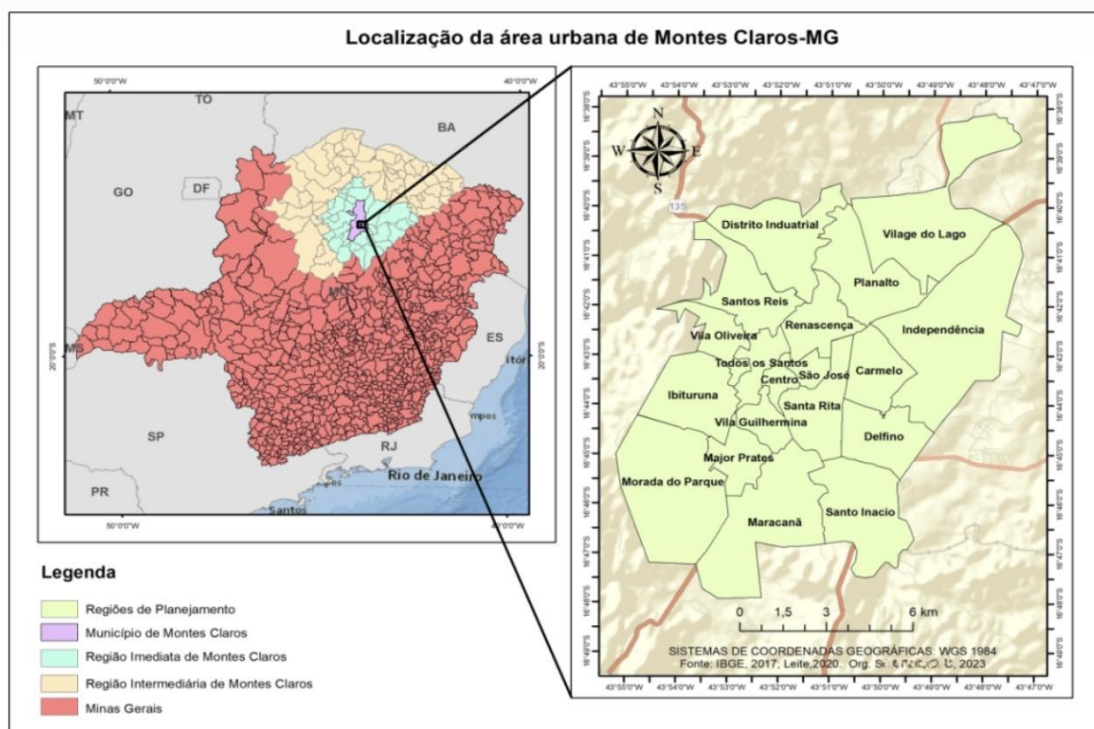


Figura 1 - Localização da área urbana de Montes Claros (MG).

Fonte: IBGE, 2017.

Org.: Autores, 2023.

A compreensão da atual configuração socioeconômica de Montes Claros demanda a análise de seu processo histórico de formação. Nesse sentido, o município teve origem no século XVIII, estruturando-se inicialmente a partir da atividade agropecuária, sobretudo da pecuária extensiva, que desempenhou papel fundamental no abastecimento de carne para o Nordeste açucareiro e para as regiões mineradoras de Minas Gerais (FJP, 1978; Carvalho, 2007). Essa base produtiva não apenas sustentou o povoamento inicial, mas também condicionou as primeiras formas de organização espacial e de articulação econômica.

A partir desse contexto, observa-se uma progressiva ampliação das funções urbanas do município, o que possibilita sua interpretação à luz da teoria das localidades centrais, formulada por Walter Christaller (Christaller, 1966). De acordo com essa abordagem teórica, centros urbanos que concentram maior diversidade e complexidade de bens e serviços tendem a exercer influência sobre áreas circunvizinhas, configurando uma hinterlândia funcionalmente dependente (Christaller, 1966; Spósito, 2003; Pereira, 2007).

Montes Claros consolidou-se como principal centro urbano do Norte de Minas Gerais, exercendo forte capacidade de polarização sobre municípios vizinhos e regiões adjacentes, incluindo o sul da Bahia (Fonseca, 2015).

Tal centralidade foi significativamente intensificada ao longo do século XX, sobretudo em função da ampliação da infraestrutura de transportes e da implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional. Destaca-se, nesse processo, a atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), cuja política de incentivos fiscais e financeiros viabilizou a atração de investimentos industriais para o município (Telles, 2006).

Como desdobramento, verifica-se uma reestruturação da base econômica local, marcada pela transição de um modelo predominantemente agropecuário para uma economia mais diversificada, com crescente participação dos setores secundário e terciário (FJP, 1978).

Esse processo de industrialização esteve diretamente relacionado à intensificação dos fluxos migratórios, especialmente oriundos de áreas rurais e de municípios circunvizinhos, contribuindo para o crescimento demográfico e a expansão urbana. Como desdobramento, surgiram novas demandas por infraestrutura, serviços públicos e equipamentos urbanos, evidenciando os desafios associados ao crescimento acelerado (FJP, 1978).

Paralelamente, a instalação de unidades industriais em diferentes segmentos produtivos impulsionou a diversificação econômica, ampliando as possibilidades de inserção do município em circuitos produtivos mais complexos (Gomes, 2007).

Em consonância com essas transformações, o setor terciário assume protagonismo na dinâmica econômica local, refletindo tendências mais amplas de urbanização e terciarização da

economia. Isto posto, a expansão das atividades de comércio e serviços está diretamente relacionada tanto ao crescimento populacional quanto à ampliação da área de influência de Montes Claros (França et al., 2011). Nesse contexto, destacam-se os serviços de saúde e educação como vetores estruturantes do desenvolvimento regional.

No âmbito da saúde, o município configura-se como referência na oferta de serviços de média e alta complexidade, atendendo uma população que extrapola seus limites territoriais (Pereira, 2007). De forma articulada, o setor educacional contribui significativamente para a formação de capital humano e para a dinamização econômica, por meio da presença de instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas (Leite, 2006). Assim, tais segmentos reforçam a centralidade funcional do município, consolidando-o como polo regional de serviços especializados.

Contudo, o comércio mantém-se como elemento estruturante da economia montes-clarense. Desde sua origem, associada às atividades de troca realizadas por tropeiros, até sua configuração contemporânea, caracterizada pela diversificação e modernização, o setor comercial desempenha papel fundamental na articulação econômica regional (França, 2007). A presença de atividades atacadistas e varejistas, aliada à manutenção de práticas tradicionais como as feiras livres, evidencia a coexistência de diferentes formas de comercialização e sua relevância no abastecimento regional.

Embora tenha ocorrido uma redução relativa da participação da agropecuária na composição do valor agregado, esse setor permanece relevante, especialmente no fornecimento de produtos alimentícios e na sustentação de circuitos curtos de comercialização, como as feiras livres (IBGE, 2022; França, 2007). Dessa forma, observa-se uma articulação entre atividades tradicionais e modernas, contribuindo para a diversidade e resiliência da economia local.

No plano espacial, tais transformações econômicas e sociais repercutem diretamente na configuração urbana do município. O crescimento, inicialmente concentrado na área central, expandiu-se de forma progressiva e desigual para áreas periféricas, resultando na formação de subcentros urbanos e na descentralização das atividades econômicas (Leite, 2020). Esse processo expressa tanto a ampliação da malha urbana quanto a intensificação de desigualdades socioespaciais, evidenciando a necessidade de planejamento urbano mais integrado.

Isto posto, o subtópico a seguir apresenta uma breve caracterização do setor varejista em Montes Claros, considerando os critérios de localização e variedade de oferta.

5. O COMÉRCIO VAREJISTA EM MONTES CLAROS

O varejo constitui uma expressão dinâmica da organização urbana contemporânea, sendo fundamental para a economia das cidades. Sua evolução está diretamente relacionada ao processo de descentralização do comércio, intensificado a partir da Revolução Industrial, quando novas áreas

comerciais passaram a se estruturar fora dos centros históricos. Esse movimento resultou na diversificação das formas de implantação do comércio urbano, que passaram a se adaptar às demandas dos consumidores e à competitividade com os centros tradicionais da cidade (Maraschin, 2013).

Nesse contexto, a distribuição espacial do comércio varejista passa a ser influenciada pelo comportamento dos consumidores e pela sua disposição de deslocamento. Em geral, observa-se que estabelecimentos de proximidade tendem a ser mais acessíveis e frequentados com maior regularidade, enquanto o comércio mais distante é visitado com menor frequência (Maraschin; Lahorgue, 2011). Assim, a organização do varejo acompanha a lógica da mobilidade urbana e das dinâmicas cotidianas da população.

O crescimento urbano de Montes Claros está diretamente associado à formação de novas centralidades e à expansão de loteamentos periféricos. Esse processo reforça a tendência de aproximação entre comércio e moradia, uma vez que os consumidores priorizam serviços próximos às suas residências. Dessa forma, a cidade passa por um processo contínuo de reestruturação espacial, no qual a centralidade deixa de ser exclusivamente concentrada e passa a ser distribuída (Corrêa, 2001).

A descentralização do comércio também pode ser compreendida a partir de fatores estruturais, como o crescimento demográfico, a expansão territorial e a melhoria dos sistemas de transporte. Esses elementos contribuem para a redução da dependência do centro urbano, favorecendo o surgimento de subcentros comerciais em diferentes áreas da cidade. Nesse processo, atuam forças centrífugas, que deslocam atividades do centro, e forças centrípetas, que atraem novos investimentos para áreas periféricas (Colby, 1933).

No caso de Montes Claros, observa-se que esse movimento de reorganização espacial é intensificado pelo próprio desenvolvimento urbano e pela consolidação de atividades econômicas em novas áreas. A expansão do setor terciário evidencia a reconfiguração da estrutura urbana, na qual o comércio se distribui de forma mais ampla, atendendo diferentes segmentos sociais e territórios (França, 2007).

Além disso, o processo de descentralização está relacionado à transformação do uso do solo urbano e ao surgimento de novas formas comerciais, como subcentros especializados, galerias e centros de compras. Essas mudanças refletem a adaptação do comércio às novas dinâmicas do capitalismo urbano, no qual a busca por consumidores exige maior flexibilidade espacial e estratégica (Corrêa, 1989).

Historicamente, a expansão do comércio em Montes Claros também foi marcada pela criação de mercados municipais e pela posterior reorganização das atividades comerciais. Com o tempo, a

saturação da área central levou ao surgimento de novos polos comerciais e à instalação de estruturas de abastecimento em áreas periféricas, contribuindo para a redistribuição das atividades econômicas no espaço urbano (Pereira, 2007).

É perceptível que as cidades médias são importantes polos econômicos e demográficos que estão a redefinir seus papéis junto às recentes mudanças no cenário urbano brasileiro, pois as dinâmicas contemporâneas de produção e consumo têm ocasionado impactos significativos nelas (Pereira, 2007). Em suma, Montes Claros é um verdadeiro centro de influência socioeconômica da região norte de Minas Gerais.

Na próxima seção, será analisada a espacialização das feiras livres em Montes Claros, tomando como recorte comparativo os anos de 1982 e 2023.

6. A ESPACIALIZAÇÃO DAS FEIRAS LIVRES EM MONTES CLAROS (1982/2023)

As feiras livres podem ser compreendidas como importantes instrumentos de descentralização do comércio, na medida em que se distribuem por diferentes bairros com o objetivo de ampliar o acesso da população aos bens de consumo. Para além de sua função econômica, esses espaços favorecem a integração social, reduzem a necessidade de deslocamentos urbanos e estimulam a economia local, fortalecendo práticas de consumo de proximidade (FJP, 1982).

Esse processo contribui diretamente para a consolidação de subcentros urbanos em Montes Claros, evidenciando uma reorganização da cidade pautada na formação de múltiplas centralidades. Tais espaços passam a concentrar atividades comerciais e de serviços, reduzindo a dependência do centro tradicional e promovendo maior equilíbrio na distribuição das funções urbanas. Nesse sentido, a Figura 2 ilustra o processo de criação das feiras livres nos subcentros da cidade, ainda na década de 1982.

Observa-se que as feiras aparecem localizadas em bairros estratégicos, como Santos Reis, Major Prates, Maracanã, Delfino Magalhães e na região do aeroporto, evidenciando uma lógica de descentralização inicial do comércio. Essa distribuição está diretamente relacionada à estrutura urbana da época, marcada por uma mancha urbana mais restrita e por eixos viários que organizavam a expansão da cidade. Nota-se também a forte influência de equipamentos como o Mercado Central e o Mercado Sul, que atuavam como polos estruturadores da dinâmica comercial.

Historicamente, as feiras livres constituem-se como práticas enraizadas no cotidiano de Montes Claros. Mais do que espaços de comercialização, configuram-se como ambientes de sociabilidade, nos quais se estabelecem interações entre feirantes e consumidores, contribuindo para a construção de vínculos sociais e para a valorização da cultura local. Esses encontros semanais

desempenham papel relevante na formação da identidade urbana, participando ativamente da reprodução e dinamização do espaço (Barbosa, 2013).

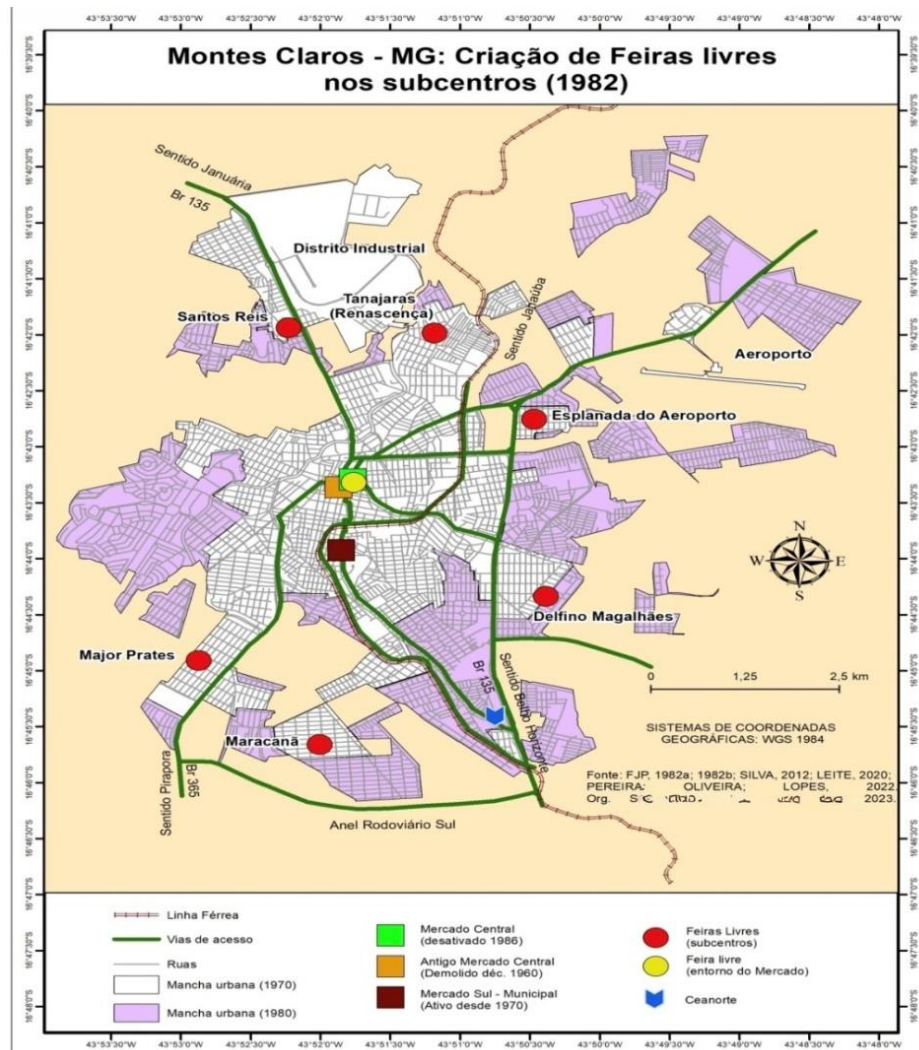


Figura 2 – Espacialização das feiras livres nos subcentros de Montes Claros, em 1982.

Fonte: FJP, 1982; Silva, 2012; Leite, 2020.

Org.: Autores, 2023

De acordo com Mendes (2021, p. 93), as feiras apresentam significativa diversidade de produtos, abrangendo desde alimentos e itens da agricultura ecológica até artesanato e produtos fitoterápicos. Sua organização é mediada pelo poder público municipal, responsável pela disponibilização e montagem das barracas, bem como pelo cadastramento dos feirantes, que contribuem com taxas destinadas à manutenção da estrutura.

De acordo com a Lei Municipal nº 4.988, de 31 de julho de 2017, do município de Montes Claros, o artigo 3º estabelece diretrizes e regulamenta o funcionamento das feiras livres municipais ao definir conceitos fundamentais para sua organização. Por conseguinte, compreende-se por feira livre a atividade mercantil de caráter cíclico, realizada em espaços públicos previamente designados

pelo poder público municipal, com instalações provisórias e removíveis, podendo ocorrer em vias, logradouros ou em áreas públicas cobertas, como pavilhões (Prefeitura Municipal de Montes Claros, 2017).

A legislação também delimita os sujeitos participantes dessas atividades. O produtor rural é caracterizado como a pessoa física que possui produção agropecuária própria dentro do território de Montes Claros, devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Agricultura. Já o agricultor familiar é definido conforme os critérios estabelecidos pela Lei Federal nº 11.232/2006 e pelo Decreto nº 9.064/2017, abrangendo aqueles que desenvolvem atividades no meio rural dentro dos parâmetros da agricultura familiar.

A norma ainda reconhece as entidades associativas como instituições com personalidade jurídica que representam a agricultura familiar e têm como finalidade a comercialização formal da produção de seus associados. Por fim, o artesão é entendido como o trabalhador que produz bens de forma manual, não industrializada, dominando todas as etapas do processo produtivo, desde a matéria-prima até o acabamento, afastando-se da lógica de produção em série (Prefeitura Municipal de Montes Claros, 2017).

Por meio dessa regulamentação, o poder público municipal busca estabelecer critérios que orientem a realização das feiras livres, promovendo condições adequadas para o desenvolvimento dessas atividades comerciais. Além disso, a legislação visa garantir a inserção e valorização de grupos específicos, especialmente os vinculados à agricultura familiar, fortalecendo sua participação no circuito econômico local (Prefeitura Municipal de Montes Claros, 2017).

No que se refere à instalação das feiras livres, o artigo 6º determina que sua implantação deve obedecer a princípios técnicos e urbanísticos. Entre eles, destaca-se a necessidade de manter uma distância mínima de 100 metros de equipamentos como hospitais, escolas e postos de combustível, desde que comprovado, por meio de estudos técnicos, que não haverá prejuízos ao funcionamento dessas instituições. Ademais, a instalação não deve comprometer significativamente o tráfego de veículos, cabendo ao órgão municipal de trânsito a elaboração de Estudo Técnico de Viabilidade, em conformidade com o artigo 95 do Código de Trânsito Brasileiro. Por fim, estabelece-se a preferência por locais com infraestrutura adequada, como vias pavimentadas e dotadas de sistemas de drenagem pluvial (Prefeitura Municipal de Montes Claros, 2017).

Dessa forma, a referida lei evidencia a preocupação com o ordenamento espacial das feiras livres, articulando aspectos econômicos, sociais e urbanos, ao mesmo tempo em que reforça o papel dessas atividades na dinamização do comércio local e na valorização da produção familiar.

Ao longo do tempo, as transformações socioeconômicas vivenciadas por Montes Claros favoreceram a expansão das feiras livres para diferentes áreas da cidade, alcançando bairros como

Morada do Parque, São José e São Luiz (Feira da Carolina). A Figura 3 apresenta a atual espacialização das feiras livres em Montes Claros.

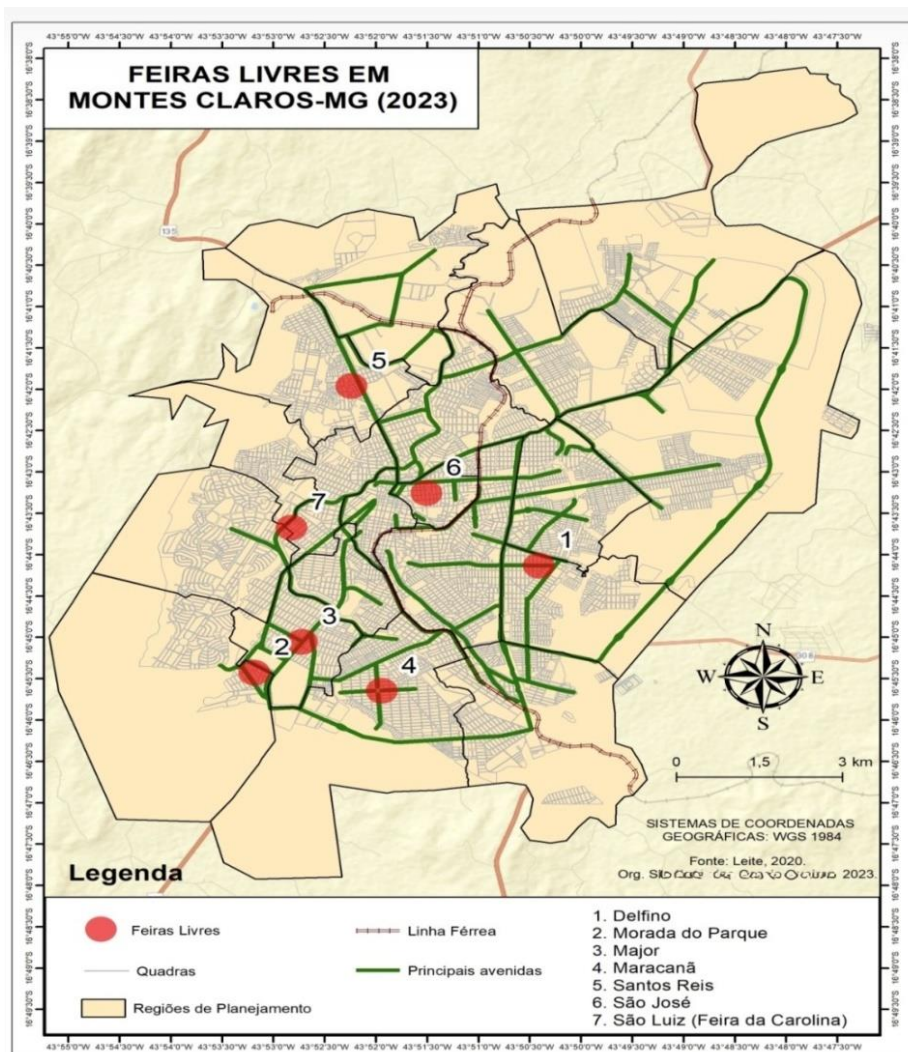


Figura 3 – Espacialização das feiras livres na cidade de Montes Claros, 2023.

Fonte: Leite, 2020.

Org.: Autores, 2023.

Com uma análise comparativa entre as duas figuras, percebe-se que as feiras localizadas nos bairros Tanajaras (Renascença) e Esplanada do Aeroporto não aparecem mais como pontos de realização em 2023. Isto sugere a desativação delas ou o deslocamento para outras áreas da cidade em detrimento do processo de expansão urbana.

Em contrapartida, há alguns bairros que mantiveram a presença das feiras ao longo dos dois períodos, a saber: Santos Reis, Major Prates, Maracanã e Delfino Magalhães, evidenciando a consolidação de ambas como importantes centralidades comerciais locais.

Os espaços de realização destas feiras são geralmente organizados de forma a possibilitar a circulação dos consumidores e o atendimento individualizado, com barracas dispostas em fileiras.

Conforme destacam Mascarenhas e Dolzani (2008, p. 73), “nestes lugares de realização da vida, os diferentes grupos sociais trabalham, consomem, realizam formas culturais e vivenciam os limites do exercício da escassa cidadania”.

Além disso, as feiras livres constituem ambientes marcados por interações cotidianas, como conversas e negociações, que reforçam práticas de sociabilidade e proximidade entre os sujeitos. Tais características as diferenciam dos espaços comerciais formais, como supermercados, onde predominam relações mais impessoais e padronizadas (Mascarenhas; Dolzani, 2008).

Diante dessas considerações, observa-se que a espacialização das feiras livres em Montes Claros não se restringe à sua dimensão econômica, mas revela-se como um processo complexo, que articula comércio, sociabilidade e organização do espaço urbano. Nesse sentido, tais espaços desempenham papel fundamental na configuração das centralidades e na dinâmica territorial da cidade.

Por fim, apresentam-se, a seguir, as considerações finais da pesquisa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permitiu compreender as feiras livres como elementos estruturantes das relações socioespaciais do comércio de Montes Claros, evidenciando sua importância na produção e organização do espaço urbano. Ao articular referencial teórico, análise documental e leitura cartográfica, foi possível demonstrar que essas práticas comerciais extrapolam a dimensão econômica, assumindo papel relevante na configuração territorial da cidade.

A partir da contextualização histórica e da caracterização do município, verificou-se que a consolidação de Montes Claros como polo regional, associada ao crescimento urbano e à expansão do setor terciário, criou condições para a descentralização das atividades comerciais. Nesse contexto, as feiras livres emergem como expressão concreta desse processo, acompanhando a formação de subcentros e a ampliação da malha urbana.

A análise da espacialização das feiras, com base na comparação entre os anos de 1982 e 2023, evidenciou uma transformação significativa em sua distribuição territorial, reforçando o papel das feiras como instrumentos de descentralização do comércio.

A permanência de feiras em bairros como Santos Reis, Major Prates, Maracanã e Delfino Magalhães demonstra a consolidação dessas áreas como centralidades locais, ao passo que o surgimento de feiras em bairros como Morada do Parque, São José e São Luiz indica a emergência de novos polos de dinamização econômica. Por outro lado, a ausência de feiras em áreas como Tancredo Neves (Renascença/Tanajurás) e Esplanada do Aeroporto sugere processos de deslocamento ou reconfiguração espacial, associados às transformações urbanas.

Do ponto de vista institucional, a regulamentação por meio da Lei Municipal nº 4.988/2017 evidencia a atuação do poder público na organização dessas atividades, estabelecendo diretrizes para sua localização, funcionamento e participação dos agentes envolvidos. Essa normatização contribui para o ordenamento do espaço urbano, ao mesmo tempo em que reconhece a importância social e econômica das feiras, especialmente no que se refere à valorização da agricultura familiar e dos pequenos produtores.

Paralelamente, as feiras livres mantêm-se como espaços de sociabilidade e expressão cultural, nos quais se estabelecem relações de proximidade entre feirantes e consumidores. Essas interações reforçam seu caráter singular no contexto do comércio urbano contemporâneo, diferenciando-as de outras formas comerciais mais padronizadas e impessoais.

Dessa forma, conclui-se que as feiras livres desempenham papel fundamental na dinâmica urbana de Montes Claros, atuando simultaneamente como estratégia de descentralização comercial, mecanismo de geração de renda e espaço de construção de relações sociais. Sua espacialização revela as transformações da cidade ao longo do tempo, evidenciando tanto permanências quanto mudanças na organização do território.

Por fim, ressalta-se que, embora esta pesquisa tenha se fundamentado em análise bibliográfica, documental e cartográfica, a realização de estudos empíricos, com trabalho de campo e investigação direta junto aos feirantes e consumidores, pode ampliar a compreensão das dinâmicas locais, contribuindo para o aprimoramento de políticas públicas voltadas ao fortalecimento das feiras livres no contexto urbano contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ALLIX, A. The Geography of Fairs: Illustrated by Old-World Examples. **Geographical Review**, v. 12, n. 4, p. 532-569, 1992.

AMORIM, C. R. G. **O sagrado da feira livre do bairro Vila Nova em São Mateus: um estudo sobre o perfil de feirantes e fregueses**. 2015. 289 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2015.

BARBOSA, A. C. S. **Riqueza que mexe com os sentidos: feira livre de Senhor do Bonfim**. 2013. 136 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

CARLOS, A. F. A. **Espaço Urbano**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

CARVALHO, A. R. P. **A descentralização das atividades varejistas em Montes Claros**. 2007. 99 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

- CHRISTALLER, W. **Central Places in Southern Germany**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966. 230p.
- COÊLHO, J. D. **Feiras livres de Cascavel e Ocara: caracterização, análise de renda e formas de governança dos feirantes**. 2009. 151 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Centro de Ciências Agrárias, Fortaleza, 2009.
- COLBY, C. Centrifugalandcentripetalforces in urbangraphy. **Annals of the association of American Geographers**, v. 23, p. 01-20, 1933.
- CORRÊA, R. L. Área Central: mudanças e permanências: uma retrospectiva. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. 9., 2001. Manaus. **Anais...** Manaus: 2001.
- _____. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989. 94p.
- COSTA, A. F.; CLEPS, G. D. G. A inserção da feira-livre no espaço urbano de Uberaba-MG. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA. 21., 2003. Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: 2003.
- FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Belo Horizonte e o comércio: 100 anos de história**. Belo Horizonte, 1978. 150p.
- FRANÇA, I. S. **A cidade média e suas centralidades: o exemplo de Montes Claros no norte de Minas Gerais**. 2007. 240 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.
- FRANÇA, I. S.; PEREIRA, A. M.; SOARES, B. R.; MEDEIROS, D. L. Cidade média, polarização regional e setor de educação superior: estudo de Montes Claros, no Norte de Minas Gerais. **Formação (Online)**, v. 2, n. 16, 2011.
- FONSECA, G. S. **Migrações da mesorregião Norte de Minas/MG: Análises do censo demográfico de 2010**. 313 f. Tese (Doutorado em Tratamento da Informação Espacial) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- GOMES, F. S. **Discursos contemporâneos sobre Montes Claros: (re)estruturação urbana e novas articulações urbano-regionais**. 2007. 182 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1976. 296p.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/universo-caracteristicas-dos-domicilios>. Acesso em: 23 abr. 2026.
- _____. **Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2026.
- LACERDA, F. R.; MENDES, G. F. A feira como lugar de memória: imagem, patrimônio e tradição na produção do espaço geográfico. **Para Onde!?**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 141–154, 2019.

LEITE, M. E. **Geoprocessamento aplicado ao estudo urbano: o caso da cidade de Montes Claros.** 2006. 118 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2006.

_____. **Atlas ambiental de Montes Claros/MG.** Montes Claros: Unimontes, 2020. 67p.

LIMA, A. E. F.; SAMPAIO, J. L. F. Aspectos da formação espacial da feira-livre de Abaiara - Ceará: relações e trocas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. 19., 2009. São Paulo. **Anais...** São Paulo: 2009, p. 1-19.

MARASCHIN, C. Reflexões acerca da descentralização do comércio. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE COMÉRCIO E CIDADE. 4., 2013. **Anais...** 2013.

MARASCHIN, C.; LAHORGUE, M. A. O. da. O comércio e o espaço urbano - O caso de Porto Alegre. **Anais ENANPUR**, v. 14, n. 1, 2011.

MASCARENHAS, G.; DOLZANI, M. C. S. Feira livre: Territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea, **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 72–87, 2008.

MENDES, P. G. Feiras livres e seu papel na organização do espaço urbano: o caso de Montes Claros - MG. **Revista Tocantinense de Geografia**, v. 10, n. 20, p. 84–103, 2021.

MICHELLON, E.; COSTA, T.; STRÖHER, G. J.; CAMACHO, L. S.; PEREIRA, P. S. Rede de Dinamização das Feiras da Agricultura Familiar – REDIfeira: Uma alternativa para a inclusão socioeconômica das famílias rurais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA. 56., Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: 2008, p. 1-12.

PEREIRA, A. M. **Cidade média e região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais.** 2007. 351 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

PEREIRA, L. A. G.; LESSA, S. N. O processo de planejamento e desenvolvimento regional: a infraestrutura rodoviária na mesorregião Norte de Minas Gerais. **Revista Cerrados**, v. 7, n. 1, p. 141–162, 2009.

PIERRI, M. C. Q. M.; VALENTE, A. L. E. F. A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura familiar. In: CONGRESSO DA SOBER, 1., Brasília. **Anais...** Brasília: 2010. p. 1-15.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. **Lei Municipal nº 4.988, de 31 de julho de 2017.** Dispõe sobre a regularização de Feiras Livres Municipais no Município de Montes Claros e de outras providências. Montes Claros, 2017. Disponível em: <https://portal.montesclaros.mg.gov.br/lei/lei-4988-de-31-de-julho-de-2017>. Acesso em: 24 jun. 2025.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habilitado.** 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 136p.

SILVA, C. H. C. **O tempo e o espaço do comércio 24 horas na metrópole paulista.** 2003. 208 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003.

SPÓSITO, E. S. **Geografia e filosofia contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo: Ed. Unesp, 2003, 218p.

TELLES, S. de S. L. **Velhos atores, novas práticas:** desenvolvimento tecnológico e modernização conservadora no Norte de Minas Gerais. 2006. 92 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2006.